



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N 962 DE 08 DE JANEIRO DE 2021.

**REGULAMENTA A PROTEÇÃO AOS ANIMAIS
PREVISTA NO ARTIGO 225, 1, INC. VII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO ÂMBITO DO
MUNICÍPIO DE GUATAPAR E D OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIOES GERAIS

Art. 1- Esta lei estabelece diretrizes a serem adotadas pelo Poder Executivo Municipal e seus órgãos, de forma a viabilizar a consecuio das normas de proteção aos animais, desenvolvendo programas que visem o recolhimento de animais soltos nas ruas como cães, gatos, cavalos, e outros animais domésticos ou domesticados, e adoção de medidas protetivas por meio de registro, esterilização cirúrgica, vacinação preventiva, adoção, e de campanhas educativas para a conscientização do público quanto à posse responsável desses animais.

Art. 2 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios e parcerias com entidades de proteção municipal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, para a consecuio dos objetivos previstos nesta lei.

Art. 3 – A política de que trata esta lei será pautada nas seguintes diretrizes:

I – o bem-estar da vida animal;

Prefeitura Municipal de Guatapar/SP -Rua dos Jasmins, 296 - Centro - CEP:14115-000 - Guatapar/SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

- II – a proteção da integridade física, da saúde e da vida dos animais;
- III – a prevenção visando ao combate a maus-tratos e a abusos de qualquer natureza;
- IV – O recolhimento e a recuperação de animais vítimas de crueldades, em situações de risco em virtude de catástrofes naturais ou em decorrência de atos humanos e abandonados;
- V – A defesa dos direitos dos animais, estabelecidas nesta Lei e na legislação constitucional e infraconstitucional vigente no país, além de eventuais tratados internacionais;
- VI – O controle populacional de animais domésticos, especialmente cães e gatos.
- VII – a vacinação preventiva dos animais recolhidos, de forma a coibir a proliferação de doenças infectocontagiosas.

Art. 4 – Para os efeitos desta Lei, entende-se como:

- I – animais de estimação: É um animal doméstico ou domesticado, tendo valor afetivo, passível de coabitar com o homem, selecionado para o convívio com os seres humanos;
- II – animais soltos: todo e qualquer animal errante perdido ou fugido em vias e logradouros públicos ou em locais de acesso público;
- III – animal abandonado: todo animal não mais desejado por seu tutor e retirado pelo mesmo, forçadamente de seus cuidados, guarda, vigilância ou autoridade, ficando assim, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono;
- IV – maus-tratos: toda e qualquer ação voltada contra os animais que implique em crueldade ou desleixo, ausência de alimentação mínima necessária, excesso de peso de carga ou serviço, tortura, uso de animais feridos, alojamento e instalações inadequados ou imprrios  espécie ou porte, submissão a experiências científicas, falta de cuidados veterinários quando necessário, forma inadequada de adestramento e outras práticas que possam causar sofrimento físico ou emocional;
- V – resgate: reaquisição de animal, recolhido junto aorgo competente, pelo seu legítimo tutor;
- VI – recolhimento: ato praticado pelorgo municipal de forma a garantir o mínimo existencial para os animais soltos ou abandonados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

- VII – guarda: proteção provisória do animal pelo rgomunicipal;
- VIII – adoção: ato de entrega de animal não resgatado pelo setor competente ou entidades cadastradas, as pessoas físicas ou jurídicas;
- IX – esterilização cirúrgica: É o ato de tornar estéril, prevenir a multiplicação pela reprodução sexual, utilizando-se de técnica mdicacirrgica.
- X – vacinação: medida voltada à prevenção do contágio entre animais e humanos, ou animais com outros animais, nas doenças infectocontagiosas.

Art. 5 - é vedado:

- I – agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de atividade capaz de causar-lhes sofrimento ou dano, bem como, as que provoquem condições inaceitáveis de existência;
- II – manter animais em local desprovido de asseio, salubridade, ou que lhes impeça a respiração, a movimento, o descanso ou os privem de ar eluminosidade;
- III – obrigar os animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças, ainda que para aprendizagem e/ou adestramento e a todo ato punitivo do animal resulte em sofrimento;
- V – abandonar qualquer animal, saudável, doente ou ferido, em via pública ou privada, urbana ou rural, inclusive nas Entidades Protetoras dos Animais ou no abrigo municipal de animais;
- VI – vender ou expor à venda animais em áreas públicas ou privadas, sem a devida licença de autoridade competente;
- VII – enclausurar animais a outros que os aterrorizem ou molestem;
- VIII – conduzir animais presos a veículos motorizados ou não, exceto os veículos de traço animal, desde que adequado  espécie e a carga suportada;
- IX – promover sorteios, ao entre amigos, rifas ou qualquer tipo de evento onde o prmio ou brinde seja um animal vivo;
- X – deixar de ministrar cuidados indispensáveis a manutenção da vida saudável do animal, inclusive assistência mdicaveterinria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

- XI – praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir, queimar ou mutilar animais vivos.
- XII – impor violência ao animal, seja esta física, sexual ou de qualquer outro meio, que cause dor sofrimento ou lesão;
- XIII – manter o animal preso a corrente, sem permitir que o mesmo possa se locomover adequadamente, não lhe garantindo condio de vida saudável;
- XIV – exercer a venda ambulante de animais vivos;
- XV – ceder e/ou utilizar os animais sob sua guarda, para realizao de vivissecco, ou de qualquer forma de experimento;

§ 1 – Fica proibida a apresentao em espetáculo circense que utilize, ou tenha como atrativo, a exposio de animais de quaisquer espécies, domésticos ou silvestres, nativos ou exóticos, na forma da legislao em vigor.

§ 2 – Havendo infrao a qualquer inciso previsto neste artigo ou a outra disposio desta Lei, o responsável ficará sujeito às disposioes e penalidades previstas na Lei Federal n. 9.605/98, sem prejuízo das sanoes penais ou administrativas cabíveis.

CAPÍTULO II

DO RECOLHIMENTO DE ANIMAIS VIVOS

Art. 6 – O recolhimento de animais observar os procedimentos protetivos de manejo, de transporte, e de averiguao da existência de proprietário, de responsável ou de cuidador de sua comunidade.

§ 1 O animal reconhecido como comunitário será recolhido para fins de esterilizao, vacinao, registro e devoluo à comunidade de origem, após identificao e assinatura do termo de compromisso de seu cuidador principal.

§ 2 – Para efeitos dessa lei, considera-se “co comunitário” aquele que estabelece com a comunidade laços de dependência e manuteno, embora não possua responsvelnico ou definitivo, seja este em virtude de abandono ou encontrado solto em vias públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 3º – Os animais recolhidos nessa hipótese ficarão  disposição de seus responsáveis pelo prazo de 72 (setenta e duas) horas, oportunidade em que serão vacinados e esterilizados.

§ 4º – vencido o prazo previsto no parágrafo anterior, os animais não resgatados ficarão sob a guarda temporária do órgão público ou entidades conveniadas, onde serão registrados e disponibilizados para adoção.

Art. 7º – Fica vedada a eliminação da vida dos animais tutelados por essa lei por qualquer órgão de controle municipal, canis públicos, ou estabelecimentos congneres, ressalvada a hipótese de eutanásia, permitida nos casos de enfermidades infectocontagiosas incuráveis, ou doenças graves que coloquem em risco a saúde de pessoas ou de outros animais, ou ainda, cause sofrimento insuportável ao animal enfermo.

Parágrafo nico – A eutanásia será justificada por laudo técnico fundamentado, emitido por profissional veterinário, precedido, quando for o caso, de exame laboratorial, facultado o acesso aos documentos por entidades de proteção dos animais.

Art. 8º – Para efetivação desta lei, o Poder Público Municipal poderá viabilizar as seguintes medidas:

- I – A destinação de local para a manutenção e exposição dos animais disponibilizados para adoção, municipais ou privados que serão abertos  visitação pública, onde os animais serão alocados conforme critério de compleição física e temperamento;
- II – Campanhas, que conscientizem o público da necessidade de esterilização, vacinação periódica, e de que o abandono, pelo padecimento infligido ao animal, configura, em tese, prática de crime ambiental.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Art. 9º – A infração aos dispositivos desta lei acarretará a aplicação de multa administrativa ao infrator no valor de 1 (um) a 30 (trinta) salários-mínimos.

Art. 10 – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS OITO DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal


AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração